

*Discurso na cerimônia de transferência da concessão de telefones da Telebrás para a iniciativa privada*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 4 DE AGOSTO DE 1998**

*Senhor Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros; Dr. Renato Guerreiro; Sr. Dr. Fernando Xavier; Dona Wilma Motta; Senhores Ministros que aqui se encontram; Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,*

Já em mais de uma ocasião me referi ao significado deste processo extraordinário que nós estamos vivendo, no que diz respeito a essas transformações do Estado brasileiro e à nova maneira pela qual o Brasil é continuador das tradições – e algumas foram mencionadas aqui pelo Dr. Guerreiro, como a do general Alencastro – e de um esforço de muita gente que criou esse sistema de telecomunicações.

Sendo, portanto, o país continuador disso, tem que se adaptar aos tempos. Os desafios, hoje, são diferentes dos que nós enfrentamos no passado. E me apraz dizer que, não só nas telecomunicações, mas, também, na energia elétrica, no petróleo, nas áreas mais importantes da infra-estrutura brasileira, nós estamos produzindo modificações, com o apoio da sociedade, que vão na direção daquilo que eu disse, se não

no meu discurso de posse, no meu discurso de despedida do Senado da República: que eu queria inaugurar uma nova era no Brasil.

E isso sem que fosse em detrimento das eras passadas, porque as novas só criam raízes se elas realmente souberem ser gratas ao que foi feito. Quando eu disse, mais de uma vez, que a era Vargas tinha que ser superada, não era no sentido de desmerecê-la: era no sentido de dizer que nós estamos vivendo um outro momento da História, outro momento do mundo.

E o que nós estamos contemplando, aqui, é a concretização desse outro momento. Em mais de uma oportunidade já me referi – há muitas reflexões a esse respeito – ao modo pelo qual nós estamos levando adiante os processos de privatização. Talvez em nenhuma outra área isso tenha ficado mais claro do que na área de telecomunicações, graças à maneira tão vigorosa do Sérgio Motta. Mas a verdade é que esse processo está se repetindo em outras áreas também. Nós não estamos, simplesmente, passando às mãos privadas a responsabilidade pública. Pelo contrário. Nós estamos criando os instrumentos para cobrar da iniciativa privada a responsabilidade social, de tal maneira que a cidadania seja, realmente, a beneficiária desse processo de transformação.

A Anatel foi criada antes da privatização e ela é elemento indispensável desse novo modo do Governo de se relacionar com a sociedade e de a sociedade cobrar do Governo. A Anatel, dentro dela própria, tem também, no seu Conselho, representantes de segmentos da sociedade brasileira. E o que disse o Dr. Guerreiro é absolutamente justo: daqui para frente, a Anatel vai estar de lupa para verificar como os contratos de concessão estão sendo cumpridos.

E nós todos somos sabedores de que concessão como se dá se tira. Mas eu não quero tirar de ninguém. Quero, pelo contrário, que os senhores e as senhoras realmente correspondam às esperanças deste povo, que quer uma telefonia mais acessível, mais barata, de maior capacidade de atendimento às múltiplas necessidades do País; que se faça investimentos. E que o único desempregado por esse processo seja o Ministro Mendonça de Barros...

Que se preste muita atenção, por conseqüência, às decisões que vão ser tomadas, aos aspectos sociais que essas decisões implicam, também, ao que a Dona Wilma já mencionou aqui, no discurso que fez. Nós temos que estar atentos para que, nesse processo todo, haja o aproveitamento da excelente capacidade técnica que existe, através das pessoas, no sistema de telecomunicações brasileiro.

E, já que estamos falando de responsabilidade, eu queria, também, em homenagem ao Sérgio, mencionar o seguinte: com a presença, no Governo, desse grupo, dessa geração – eu pertença a outra, mais antiga, infelizmente –, da geração de ministros que me acompanhou, nós mudamos, também, muita coisa, no que diz respeito à promoção de certas atividades que são cruciais. Uma delas é a artística e a outra é o esporte. E foi graças ao apoio decidido, prestado não só pelo sistema de telecomunicações, mas também pela Petrobras, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica e, principalmente, pelo sistema de comunicações, e graças ao empenho do Sérgio Motta, que nós pudemos reviver muitas das atividades artísticas do Brasil, no patrimônio histórico, na produção de filmes, e assim por diante. Da mesma maneira no atletismo, que, tirando o futebol, é um ramo que tem muita dificuldade de se manter.

Então, faço aqui, de público, um apelo à responsabilidade social dos novos dirigentes dessas empresas, para que não se esqueçam disso e que, através da Lei Rouanet, através dos instrumentos de que o Governo também dispõe – que presta também serviços – continuem financiando essas atividades.

Assim como, de agora por diante, está nas mãos dos senhores e das senhoras a responsabilidade das empresas, do investimento e do lucro, está também a responsabilidade de corresponder ao que a sociedade espera em outros domínios, em outros terrenos.

Acho que a Anatel talvez não tenha o poder direto nessa matéria. Mas o Presidente tem o apelo direto. Não tem muito poder, não, mas apela com força. E vai olhar para saber se realmente nós estamos criando, no Brasil, uma sociedade mais solidária.

Creio que é também do meu dever agradecer – e muito – o esforço que foi feito por todos até chegarmos ao leilão. E agradeço muito a

Dona Wilma Motta ter-me entregue este martelo, que vai estar, certamente, na memória do meu governo, aqui, na República.

Mas eu queria também dizer que nós só chegamos a este ponto porque houve uma convergência de esforços muito grande. Nesta parte final, nesta fase final, reitero o que já disse a respeito do Ministro Mendonça de Barros, que, realmente, atuou e se colocou de maneira extraordinária. Foi digno sucessor do Sérgio Motta. Eu creio que só o Mendonça teria a capacidade de levar adiante, com o empenho com que ele o levou, esse processo na fase final, entendendo os múltiplos aspectos, extremamente difíceis, que o Sérgio sabia. O Sérgio me prestava contas detalhadas do que fazia. Nem sempre eu entendia tudo, mas ele prestava contas detalhadas de cada passo nesse processo. E eu sei da complexidade. O Mendonça realmente tomou isso com um afincamento imenso e o levou adiante.

Mas quero agradecer também aos funcionários do Ministério das Comunicações, aos técnicos que ajudaram nesse processo e a ação da Anatel, dos conselheiros, do Dr. Guerreiro, da Telebrás, que trabalharam de maneira forte; e do BNDES, sem o qual, também, nós não teríamos chegado a bom termo. Acho que aqui há uma demonstração clara de que o Estado brasileiro, os funcionários públicos no Brasil são competentes, ao contrário do que se apregoa, se diz, se repete. É um equívoco: são pessoas competentes, a maioria gente dedicada e séria, que ganha mal e que, não obstante, trabalha e lida com esses bilhões dos senhores. Nós não queremos esses bilhões, mas queremos o reconhecimento de que no Governo brasileiro há gente séria, há gente que trabalha, há gente que é honesta, que se dedica para chegar aos resultados a que chegamos.

Quero, realmente, dizer que nós estamos assistindo aos passos iniciais de uma nova etapa. Quero recordar, como já disse o Dr. Guerreiro, que, ainda ontem ou anteontem, na outra agência, na Aneel, fizemos algo que me parece importante: nós reduzimos a tarifa de eletricidade no Espírito Santo. Assim como, em certos momentos, foi necessário aumentar, porque se demonstrou que era necessário, no momento em que os ganhos de produtividade cresceram a sociedade tem que tam-

bém ter parte desses ganhos de produtividade. E esse vai ser o critério da nossa ação de governo.

Repito e reitero que o fato de o Governo sair da produção não significa que o Governo abra a mão, como Estado, da sua responsabilidade nessa área tão vital, que é a área das telecomunicações. Mas tenho certeza de que nós saberemos estabelecer essa parceria, que é indispensável.

E pode ter certeza, Dona Wilma, que eu arbitrarei a utilização dos recursos da melhor maneira possível, tomando em consideração os interesses do País e os interesses do povo, não de imediato, mas no conjunto da população e na História, no tempo, porque, certamente, se nós estamos, hoje, já levando adiante as tarefas de transformação da estrutura do Estado, ainda falta muito para transformar as estruturas da sociedade. E o que nós queremos não é um mercado forte: é uma sociedade forte, uma sociedade mais coesa, mais solidária e que, portanto, requer uma atenção toda especial na arbitragem dos recursos. E, por mais que seja difícil, é função do Presidente. E eu não me furtarei a ela.

Muito obrigado.

